



REPARAÇÃO DE MOTONIVELADORA CAT 140H

OBIDOS
MUNICÍPIO
ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS.....	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Prazo.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
. SECÇÃO I -OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	4
<i>Subsecção I - Disposições gerais.....</i>	<i>4</i>
Cláusula 4. ^a - Obrigações da entidade adjudicatária.....	4
Cláusula 5. ^a - Local.....	5
Cláusula 6. ^a - Prazo de Prestação dos Serviços.....	5
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados.....</i>	<i>5</i>
Cláusula 7. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 8. ^a - Proteção de dados.....	6
. SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS.....	6
Cláusula 9. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 10. ^a - Preço base.....	7
Cláusula 11. ^a - Condições de pagamento.....	7
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS.....	7
Cláusula 12. ^a - Penalidades contratuais.....	7
Cláusula 13. ^a - Força Maior.....	8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E SEGURO.....	9
Cláusula 14. ^a - Caução.....	9
Cláusula 15. ^a - Seguros.....	9
CAPÍTULO V – GESTÃO DO CONTRATO.....	9
Cláusula 16. ^a - Supervisão e controlo.....	9
CAPÍTULO VI – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	10
Cláusula 17. ^a - Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	10
Cláusula 18. ^a - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	10
CAPÍTULO VII – RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	11
Cláusula 19. ^a - Resolução por parte do Município de Óbidos.....	11
Cláusula 20. ^a - Resolução por parte do fornecedor.....	11
Cláusula 21. ^a - Extinção do Contrato.....	12
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
Cláusula 22. ^a - Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 23. ^a - Contagem dos prazos.....	12
Cláusula 24. ^a - Forma e documentos contratuais.....	12
Cláusula 25. ^a - Legislação aplicável.....	13
PARTE II.....	14
CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS ESSENCIAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	14
<i>Cláusula 26.^a - Aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência.....</i>	<i>14</i>
PARTE III – CLÁUSULA TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES.....	15
Cláusula 1. ^a - Características do objeto do contrato.....	15
Cláusula 2. ^a - Reparação da motoniveladora CAT 140H.....	15
Cláusula 3. ^a - Garantias mínimas.....	15
Cláusula 4. ^a - Critérios ambientais.....	15

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por **objeto principal a reparação de uma motoniveladora CAT 140H**, a efetuar em conformidade com:

- Código dos Contratos Públicos;
- Documentos do Processo de Concurso;
- As normas técnicas, profissionais e deontológicas inerentes à atividade.

Cláusula 2.ª - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada; e
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - As normas constantes no CCP, relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 3.ª - Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão do fornecimento e respetiva prestação dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II - Obrigações contratuais

.Secção I -Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações da entidade adjudicatária

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) Garantir a reparação da transmissão final para as rodas, substituir semi-eixo partido entre outras peças danificadas do comando final para as rodas e outros;
- b) Entrega dos bens afetos à referida reparação no prazo definido e condições acordadas; e
- c) Após reparação da maquina, garantir condições de utilização para os fins a que se destina e de acordo com o estipulado em legislação própria.

2 - A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 - São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização de patentes, marcas registadas ou licenças e, caso se verifique infração, a entidade adjudicatária terá de indemnizar em todas despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Clausula 5.ª – Local

A reparação será efetuada nas instalações da entidade adjudicante, situadas no Complexo Logístico Municipal, sito na Estrada da Arregaça , n.º 8, Pinhal, 2510-170 Óbidos, sendo as despesas e custos de deslocação da entidade adjudicatária suportadas pela entidade adjudicante.

Cláusula 6.ª - Prazo de Prestação dos Serviços

1 - A entidade adjudicatária obriga-se ao fornecimento e respetiva prestação dos serviços objeto do contrato, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, **pelo prazo máximo de 2 (dois) meses**, a contar da data de assinatura do contrato e efetiva publicitação no portal dos contratos públicos, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 – O presente contrato terminará quando se verificar uma das seguintes situações:

- a. Atingir o valor da proposta adjudicada;
- b. Atingir o prazo de execução do contrato;
- c. Celebração de Acordo de revogação entre as partes.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade

adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O dever do sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”*.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

.Secção II - Obrigações do Município de Óbidos

Cláusula 9.ª - Preço contratual

1 — Pelo fornecimento dos bens e pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Óbidos deve pagar à entidade adjudicatária **o preço de acordo com as condições adjudicadas**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de

Óbidos, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 – Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 10.ª – Preço base

O **preço base** para o presente procedimento definido nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP é de **€ 9.220,38**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, foi fixado com base em consulta preliminar efetuada ao mercado.

Cláusula 11.ª - Condições de pagamento

1 — A quantia devida pelo Município de Óbidos, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no **prazo máximo de 30 dias** após a receção pelo Município de Óbidos da respetiva fatura, a qual deve ser emitida após a conclusão do fornecimento/ prestação dos serviços objeto do contrato, fazendo referência ao **número de requisição externa e ao número de compromisso**.

2 — Em caso de discordância, por parte do Município de Óbidos, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento contabilístico adequado, nomeadamente, Nota de Credito.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária.

Capítulo III – Penalidades contratuais

Cláusula 12ª - Penalidades contratuais

1 - No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável à entidade adjudicatária, pode ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \cdot A / 500$$

Em que:

- **P:** corresponde ao montante da penalidade;

- **V:** é Igual ao preço contratual; e
- **A:** é o número de dias em atraso.

2 - A competência para decidir a aplicação da penalidade referida no número anterior é do Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

Cláusula 13.^a – Força Maior

1 – Não podem ser impostas penalidade à entidade adjudicatária, nem é havida com incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargos de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupo de sociedades em que esta se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de uma forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;

g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Capítulo IV – Caução e Seguro

Cláusula 14.ª – Caução

Considera-se que, face ao valor do preço contratual ser inferior a 200.000,00€, não deve ser exigida caução. Contudo, o Município de Óbidos procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, em caso de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pela entidade adjudicatária das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 15.ª – Seguros

1 — É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de um contrato de seguro, da atividade que exerce.

2 — O Município de Óbidos pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 48 horas.

Capítulo V – Gestão do contrato

Cláusula 16.ª – Supervisão e controlo

1 — O contraente público designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A, Sérgio Félix e nas suas faltas e impedimentos Vítor Sousa, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 17.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário, que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que foram exigidos, ao subcontratante, na fase de formação do contrato.

Capítulo VII – Resolução do contrato

Cláusula 18.^a - Resolução por parte do Município de Óbidos

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o *Município de Óbidos* pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso na entrega do bem para reparação objeto do contrato **superior a cinco dias** ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b) Entrega do bem em indevidas condições de funcionamento.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 19.ª - Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao *Município de Óbidos*, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª – Extinção do Contrato

1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante e pela entidade adjudicatária, nos termos previstos na Parte III do CCP.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 5 dias úteis.

Capítulo VIII - Disposições finais

Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª - Forma e documentos contratuais

1 - Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não será reduzido contrato a escrito.

2 - Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Cláusula 24.ª - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 – Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

PARTE II

Cláusulas relativas aos aspetos Essenciais da execução do contrato

Cláusula 25.^a - Aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, os limites máximos e mínimos a que a proposta está vinculada, determinando-se, consequentemente, a exclusão da mesma cujos **termos ou condições**, os ultrapasse.

a) Preço base:

Limite máximo – 9.220,38€*;

b) Preço Peças :

Limite máximo – 6.726,92€*;

c) Preço Mão de Obra:

Limite máximo – 2.493,46€*;

*** Valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido.**

d) Prazo de reparação

Limite máximo – 2 meses

e) Prazo de garantia

Limite mínimo para as peças: 12 meses;

Limite mínimo dos serviços de mão de obra: 6 meses

f) Todos os restantes aspetos constantes do caderno de encargos não contemplados na cláusula 25.^a.

PARTE III – CLÁUSULA TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES

Cláusula 1.ª – Características do objeto do contrato

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são fixados nas cláusulas seguintes os aspetos da execução do contrato e / ou limites não submetidos à concorrência a que a proposta esta vinculada.

Cláusula 2.ª – Reparação da motoniveladora CAT 140H

1 – O Município de Óbidos adquiriu em 20/09/2000 uma motoniveladora Caterpillar 140H que carece de reparação. De acordo com o Serviço Requisitante, este equipamento já foi objeto de uma grande reparação em 2010 e à data atual tem contabilizadas 13.016 horas de trabalho usadas em obras de construção, manutenção e nivelamento de estradas ou patamares.

2 – O equipamento referido no ponto anterior necessita de reparação / substituição de peças ou circuitos do equipamento, nomeadamente, reparação da transmissão final para as rodas, substituição do semi-eixo partido entre outras peças danificadas do comando final para as rodas.

Cláusula 3.ª – Garantias mínimas

Garantia mínima admissível para as peças e mão de obra é de 12 e 6 meses, respetivamente.

Cláusula 4.ª – Critérios ambientais

Os serviços prestados e o fornecimento de bens no âmbito do presente procedimento, devem cumprir com as normas ambientais exigidas, quando aplicável.